



COLUNAS

[Coluna] Resistência Operária À Ditadura Militar Em Petrópolis – 2

COLABORADOR • jun 13, 2017



por Eduardo Stotz, presidente da CMV

Em carta datada de 4 de março de 1967, Victor Leonardo Curioni, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Petrópolis apresenta à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP-RJ) denúncias contra a empresa Petrópolis Confeções S.A., de propriedade de Alcides de Souza, situada na Rua Teresa n. 1760. Além de *abusivos atrasos de pagamento*, gerando *inúmeras reclamações e em massa na Justiça do Trabalho [...] a empresa coloca moças ditas pertencentes à "polícia feminina" [...] coagindo, humilhando e perseguindo as empregadas*. Solicita providências para apurar a responsabilidade da empresa em usar tal polícia em caráter particular, sugerindo tratar-se de crime previsto no Código Penal.

A resposta à SSP-RJ é encaminhada por meio de por Wilson Madeira, "comissário e chefe dos setores do D.P.P.S." [isto é, do Departamento de Polícia Política e Social, também conhecido como DOPS], em carta datada de 16 de março de 1967. O comissário confirma ser verdadeira a denúncia: *Existe no local uma Aspirante da Polícia Feminina do Estado da Guanabara, trabalhando em horário integral*. E também às perseguições, como a proibição, pela polícia feminina, das operárias em sair da fábrica no horário do almoço e até de namorarem num raio de 100 metros da empresa. Cita uma reclamação do dono da empresa contra agentes da 11ª Região Policial por ter atendido a uma denúncia de

que as máquinas da confecção estavam sendo retiradas à noite. Quanto ao dono, nada mais faz do que retrucar denunciando o presidente e o advogado do sindicato, Wagner Ennes Rodrigues, como “subversivos”.

A propósito da Polícia Feminina da Guanabara, vale acessar o blog na qual se apresentam as [Primeiras mulheres policiais do Rio de Janeiro](#). Apesar da visão laudatória aí apresentada, a imagem da instituição deixada na documentação policial é bem diferente. Eis o que consta na carta do comissário Wilson Madeira: *Nos primeiros dias da Revolução, o antigo D.P.S. (hoje D.P.P.P.S.) empregou a Polícia Feminina da Guanabara no Ginásio Caio Martins (Presídio Político) e nas próprias dependências do Departamento.*

A sinceridade do agente do DOPS em Petrópolis ao se comunicar com seus pares policiais e militares não o leva, porém, a informar o nome da policial contratada pela empresa enquanto denomina todos os demais envolvidos no processo nº 2257.

O vínculo entre a Polícia Feminina e o governo Lacerda, um dos conspiradores civis do golpe de 1964, aparece na imagem com o sugestivo título “Lacerda protegido”. Transcrevemos a legenda: *Protegido pela Polícia Feminina para evitar o entusiasmo de fãs, o governador-eleito Carlos Lacerda desembarcou ontem, no Galeão, depois de um giro pela China de Chiang Kai-shek e de uma estada em Portugal.* A notícia data do período em que Lacerda assume o governo do recém-criado Estado da Guanabara, isto é, durante o mês de dezembro de 1960.

Apesar de usar o efetivo policial feminino, Lacerda não o incorpora na Força Policial do Estado. De acordo com matéria publicada na página 6 do jornal A Noite, de 6 de agosto de 1964, o governador alega, além de ser possível apenas a admissão por concurso público, desconhecer o número e não controlar sua seleção e preparo daquele efetivo. A Polícia Feminina permanece, assim, como uma força para-policial atuante na época da ditadura militar, como atesta o caso da Petrópolis Confecções S.A. aqui relatado.

É importante assinalar que tal força, o lado de outras organizações de caráter para-militar, a exemplo da Frente da Juventude Democrática e do Movimento Anti Comunista (ver edição da [coluna “Memória e Verdade” em 21/03/2017](#)), tem guarida no governo Lacerda, líder popular de direita com amplo apoio na classe média, expressando uma tendência fascista no Brasil nos anos 1960-64.

(Imagem disponibilizada no <http://mulherpolicia.blogspot.com.br/>)

A Comissão é formada por: Eduardo Stotz – sociólogo e historiador, pesquisador da Fiocruz; Glauber de Oliveira Montes – historiador e professor; João Fabre dos Reis – advogado trabalhista; Maria Helena Arrochellas – teóloga e coordenadora do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; Rafane Valoura Paixão – historiadora e Roberto Schiffler Neto – sociólogo e professor.

Endereço e acesso: Prefeitura Municipal de Petrópolis – Avenida Koeler, 260 – Centro – Petrópolis – RJ – Tel.: (24) 2246-9325. [Facebook.com/cmvpetropolis](https://www.facebook.com/cmvpetropolis) – cmv@petropolis.rj.gov.br

Mais em:

[\[Coluna\] Resistência operária à ditadura militar em Petrópolis – 1](#)

[\[Coluna\] A intervenção militar em empresas – o caso da Celma, em Petrópolis](#)

[\[Coluna\] O retrato do opressor](#)

As opiniões contidas não representam a opinião do site; a responsabilidade é do autor da publicação.

